Educar e conviver na cultura global

Sacristán, J.Gimeno (2003). *Educar e conviver na cultura global*. Porto: Edições Asa

Este livro surge na linha da crescente preocupação que se assiste na área das Ciências da Educação com o delineamento das respostas educativas mais adequadas para fazer face às novas realidades sociais caracterizadas pela pluriculturalidade. O autor assume uma perspectiva visando o contributo para a resolução da crise social que se abate sobre a sociedade contemporânea, em especial, no combate à exclusão social que atinge aqueles que têm dificuldades no acesso aos instrumentos socioculturais que lhes possibilitem promover a sua formação nos vários âmbitos.

A obra orienta-se por dois vectores fundamentais. Por um lado, aborda a questão relativa ao papel da cultura na formação do indivíduo. Por outro lado, põe sobre a mesa a necessidade de discussão acerca da orientação do comportamento do sujeito nas redes de relações sociais – a cidadania.

Sacristán vê a formação das culturas, tanto ao nível pessoal como ao nível colectivo, numa perspectiva temporal contínua, multidimensional e resultante do intercâmbio entre diferentes fontes (nomeadamente diferentes culturas). Neste âmbito, defende que o sujeito passa por um processo de individuação onde, tendo por base diferentes referenciais culturais e diferentes fontes de experiência, constrói a sua própria biografia. A percepção do relativismo cultural e de uma sociedade interdependente surge da possibilidade do indivíduo contactar com um espaço simbólico alargado e com experiências que lhe incutam uma atitude reflexiva, subjectiva e critica em relação à realidade. Em termos educativos, isto implica tanto a ultrapassagem do paradigma comunitarista, uma vez que este, embora admita a legitimidade das diferentes culturas, não permite a flexibilidade interna relativa à autonomia do sujeito, como a ultrapassagem do paradigma liberal democrático, pois este não reconhece a prossecução de objectivos comuns a toda a comunidade apesar de ter como estandarte a liberdade individual.

Para o autor, face às exigências das sociedades actuais, a escola deve assumir uma postura pluralística e democrática. Como instituição, com um projecto coerente que visa o progresso social igualitário, deve trabalhar numa perspectiva de inclusão social e

de ensino vocacional. Neste sentido, o currículo comum, pelo menos durante um tempo mínimo de ensino obrigatório, assume-se como condição essencial para a igualdade no acesso aos bens educativos. A existência de um currículo comum não será contraditória com o reconhecimento da diversidade e da pluralidade no mesmo, pois este, para além de conter determinado tipo de conhecimentos científicos que se assumem como universais não deixará de reconhecer elementos pertencentes a diferentes culturas bem como promoverá a participação e a intervenção do indivíduo de forma autónoma nas redes sociais em que está inserido. Certamente que com isto não se pretende um modelo de ensino que privilegie o saber enciclopédico. O que se pretende é através de conteúdos e tarefas chave promover a aprendizagem activa e significativa por parte do sujeito numa perspectiva de desenvolvimento holístico onde se enquadra o desenvolvimento de virtudes sociais como a *"tolerância radical"*, a *"coragem cívica"*, a *"solidariedade"*, a *"justiça"*, a *"prudência"* e a *"participação"* (pp.309/310). Numa altura em que diferentes tipos de movimentos se intersectam em diferentes planos, a educação, e a escola em especial, deverá certificar-se que o indivíduo chega a um nível de desenvolvimento onde reconhece em si três tipos de identidade: individual, local e global.

Ainda assim, nada disto será possível se não atendermos às condicionantes sociais do indivíduo. Sacristán reconhece que as diferentes proveniências socioculturais não só implicam diferenças ao nível da expressão individual como também implicam *handicaps* na capacidade de aprendizagem para os mais desfavorecidos. Neste quadro a escola não deve escapar ao reconhecimento dos direitos diferenciados como forma de alcançar a paridade na aprendizagem, tanto quanto lhe for possível. O acompanhamento e a progressão do aluno de acordo com as suas necessidades e com o seu próprio ritmo de aprendizagem são pontos imprescindíveis. A instituição escolar deve ver o reconhecimento do mérito como fonte de justiça, pois ao indivíduo são colocadas oportunidades para o seu desenvolvimento que ele poderá ou não aproveitar. No entanto a avaliação deverá recorrer-se de elementos subjectivos que tenham em consideração o ponto de partida do sujeito. Não se pretende promover a emulação entre os alunos mas sim, a partir de objectivos exequíveis para cada um, empenhar os sujeitos na aprendizagem. Tal como uma normatividade avaliativa pode ser bastante prejudicial para os mais desfavorecidos também um condicionamento da aprendizagem dos mais capacitados às possibilidades daqueles poderá ser muito limitadora para o desenvolvimento destes. *"A educação obrigatória, por um imperativo ético, tem de ser*

fundamentalmente igual para todos, deve compensar os menos dotados de qualidades e condições de partida, deve permitir a liberdade expressiva do indivíduo e ainda que cada um alcance as metas máximas que deseja e que lhe são possíveis" (pp.331).

Evidentemente que estamos aqui perante um modelo de escola que implica uma reordenação pedagógica assente na congruência entre diferentes níveis (objectivos, conteúdos, práticas educativas, meios, avaliação). Aliás, toda esta obra gira à volta de nova concepção educativa baseada nas problemáticas sociais contemporâneas. O indivíduo desde muito cedo contacta com vários tipos de experiências (directas, interrelacionais, as novas tecnologias). Destas fontes de informação advém um turbilhão de matéria que muitas vezes está longe de formar (adequadamente) o sujeito. A escola não pode ficar à margem destes fenómenos. Na verdade cabe-lhe um papel de grande responsabilidade pois deve funcionar como um espaço que ajude o indivíduo a mediar a informação, indo mais além das primeiras experiências bem como ordenando, sequenciando, contextualizando e dando um sentido ao material que chega até si. Muitas vezes o espaço simbólico com que o aluno contacta no seu meio natural é bastante limitado devendo a escola desenvolver-lhe atitudes criticas e subjectivas de modo a promover uma selecção entre elementos de diferentes culturas segundo referenciais éticos.

É este, segundo Sacristán, o caminho para uma individuação que vá ao encontro da pluriculturalidade, no sentido do respeito mútuo, do conhecimento do outro e da solidariedade e da cooperação.

João Jerónimo Machadinha Maia